



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	5242/989/18
Poder	LEGISLATIVO
Município	Mongaguá
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ
Período	06/2018
Relator	Dr. Antonio Roque Citadini
Unidade Fiscalizadora	UR-20 UNIDADE REGIONAL DE SANTOS
Responsável	RODRIGO CARDOSO BIAGIONI
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	214.749.918-82
Período de Gestão	01/01/2017 a 11/05/2018
Responsável	CARLOS SILVA SANTOS NETO
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	289.522.188-09
Período de Gestão	12/05/2018 a 18/07/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ	R\$ 0.00	R\$ 14.916,72

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ	R\$ 0.00	R\$ 13.698,88	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ	R\$ 0.00	R\$ 1.217,84	R\$ 3.729,18

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2018	R\$ 6.529.508,07	R\$ 210.415.547,06	3,1031%	3,1031%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2018, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 3,1031%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 373.172,48
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 132.193,56
(=) Liquidez do Período	R\$ 240.978,92
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 3.997.191,44
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 4.200.735,36
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00

(=) Liquidez Projetada	R\$ 37.435,00
------------------------	---------------

O resultado de liquidez acima apresenta superávit, tanto no resultado atual do período, quanto no projetado para o exercício, revelando uma situação favorável frente ao adimplemento dos compromissos já assumidos, não se visualizando o comprometimento da execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, não necessitando, portanto, da expedição de alerta quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 59,90%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 4.296.925,02
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 644.678,84
Despesas com folha de pagamento	R\$ 2.832.379,34
Despesa com folha/Transferências realizadas	59,90%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 116.285.766,59
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 123.158.521,10
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 454.717,30
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite (sem CIP)	0,39%
Apuração do limite (com CIP)	0,37%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,37%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	53384
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 116.285.766,59
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 123.158.521,10
Percentual Máximo Permitido	7,00%

Valor Permitido para Repasses	R\$ 8.621.096,47
Total de Despesas do exercício	R\$ 3.448.435,80
Percentual Apurado (sem CIP)	2,97%
Percentual Apurado (com CIP)	2,80%

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 2,80%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 06/09/2018
Hora da Geração: 21:09:09